

.UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Ediléia Alves Vieira

Histórias Brasil/ Áfricas: Heranças e presenças no universo Brasileiro

Belo Horizonte

2015

Ediléia Alves Vieira

Histórias Brasil/ Áfricas: Heranças e presenças no universo Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): José Raimundo Lisbôa da Costa

Belo Horizonte

2015

Ediléia Alves Vieira

Histórias Brasil/ Áfricas: Heranças e presenças no universo Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): José Raimundo Lisbôa da Costa

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

José Raimundo Lisbôa da Costa – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

Esta pesquisa aborda a relevância do trabalho com a lei 10.639/03 no segmento da educação infantil. O trabalho teve como desenvolvimento do plano de ação o resgate de alguns aspectos da cultura e História africana, utilizando como ferramenta didática a literatura infantil. Buscou-se nos contos africanos a beleza de sua sabedoria e na ficção de seus documentários o encontro com as heranças de nosso pertencimento. O Plano de Ação propôs reconhecer as possibilidades e o desejo de entender o outro como parte constituinte do que somos. Partindo da apropriação da história da formação do povo brasileiro como um bem cultural que deve ser conhecido por todos, pretendeu-se deslocar o pensamento e o discurso referente ao negro, propondo uma concepção que emerge outros signos e significados, outras lógicas que direcionam para uma prática que nos leve a equidade racial.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais, literatura infantil, agenciamento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. MEMORIAS DOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: Quem sou, por onde andei, aonde cheguei.....	10
1.1... Cheguei á escola e lá estava a minha tia Tuzinha.....	13
1.2...Porém, a alegria do nascimento de minha irmã fechou as portas da escola. Que tristeza!.....	15
2. O RETORNO À ESCOLA NAS FRONTEIRAS BH/SABARÁ.....	16
2.1 Em busca da língua grega e as primeiras dificuldades.....	16
3. DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO À SALA DE AULA: a escolinha, a creche e a universidade.....	18
3.1 O ser professora, a docência e o espaço escolar.....	18
3.2 Contextualização da Escola Municipal Henriqueta Lisboa.....	19
4. A ESCOLA E O SEU PROJETO POLITICO PEDAGOGICO.....	22
4.1 Características do corpo discente.....	22
4.2 Organização e dinâmicas do cotidiano escolar.....	23
5. A LEI 10.639/03 SUA IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUETA LISBOA....	26
5.1 A lei nº10. 639/03 e suas possibilidades.....	26
5.2 Plano de Ação como instrumento de implementação da lei 10.639/03.....	28
5.3 Metodologia.....	28
5.4 Parceiros de trabalho com a Lei 10.639.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	43

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e por não me deixar desistir no meio do caminho, por iluminar minha mente e possibilitar a realização deste trabalho.

Agradeço em especial a extraordinária gentileza do professor José Raimundo, principalmente por sua dedicação, paciência e desprendimento, princípios estes que norteou e conduziu os trabalhos em nosso grupo de ACPP por ele orientado.

Agradeço a minha amiga Alessandra Santana pela parceria, pelas contribuições na formatação deste trabalho, pelas sugestões, pela disponibilidade de tempo, em fim pela amizade.

Agradeço a colega de profissão Sônia Moura, pela contribuição em minha pesquisa cedendo-me materiais de estudo e informações das comunidades quilombolas em que trabalha.

Agradeço intensamente a minha família pela compreensão dos momentos em que minha presença não foi possível e por estarem todos torcendo pelo sucesso deste trabalho.

Um homem sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante.

Joseph Kizumbo.

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho pretende realizar uma contextualização das práticas educacionais a cerca do ensino da História e cultura africana, apontando os possíveis efeitos e impactos na produção de identidades em nossas crianças.

Começo o meu trabalho fazendo uma retrospectiva, lembrando, através do memorial, minha trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica. Em um segundo momento, faço o relato da trajetória de minha carreira docente, dos trabalhos e experiências nas escolas por onde andei.

A partir dos capítulos subseqüentes discorro a respeito da representatividade Histórica simbolizada pela sanção da lei 10.639/03. Procuo enfatizar a urgência de um agenciamento em relação à lei pela educação infantil, pois, foi possível constar que a exemplo do ensino fundamental, na educação infantil a História e cultura da África não recebem o endereçamento devido em seus currículos, quando muito, curto visitas que refutam a centralidade de nossas ações e extraviam o olhar sobre os fatos históricos.

Na metodologia demonstro o caminho percorrido para a efetivação da Ação Pedagógica, que primeiramente teve o dialogo com os pais no sentido de construir uma parceria família/escola e depois o trabalho com os livros do kit afro. Nos livros que selecionei foi possível trabalhar com as crianças o conhecer de outras culturas; a tradição oral presente em alguns contos africanos que interagem com o ouvinte buscando sua participação nos destinos dos personagens; já em outros há ensinamentos nos contos que falam de sabedoria, inteligência, astucia e humildade; que revelam na moral da história o entedimento de que apesar das diferenças, somos todos de alguma forma parentes, e como tal, se faz necessário o nosso conhecimento e reconhecimento afrodescendente para construirmos uma imagem de identidade positiva.

Por fim, encerro minha escrita com o registro das produções das crianças. Em especial sobre dois livros que retrata na questão da diversidade, inicialmente, o pré-conceito das sociedades ao qual respectivamente cada personagem pertence e no segundo momento o respeito mutuo e a amizade possível entrem meninos negros e não negros. Questões demonstradas no conteúdo do livro Kofi e o menino de fogo. Outro livro muito importante foi o livro Chico Juba, que retrata questões de não-

aceitação de um biótipo afro descendente por uma criança que tenta a todo custo modificar seu cabelo. Porém a partir da impossibilidade da transformação de seu cabelo, ele se reconhece negro e lindo, aceitando o cabelo como um marcador importante de sua identidade, e, como tal, merecedor de orgulho e satisfação.

Encerro meu trabalho tecendo algumas considerações a despeito dos resultados favoráveis, que o trabalho com a literatura infantil tendo como base livros do kit afro é capaz de produzir e o quanto este trabalho é significativo para as crianças negras.

1. MEMORIAS DOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: Quem sou, por onde andei, aonde cheguei...

Meu nome é Ediléia Alves Vieira, nasci no dia 26/03/1979 em Belo Horizonte, filha de uma costureira analfabeta e um eletricitista que cursou até o 4º ano primário.

Meus pais vieram do interior, precisamente do leste de Minas, da pequena cidade do Vale do Mucuri intitulada Itambacuri. A família de minha mãe foi a primeira a chegar à capital, logo depois do falecimento do meu avô. Acontecimento que marcou a vida de minha mãe quando ela tinha apenas 11 anos.

A partir de então minha avó não conseguiu administrar a pequena propriedade rural e seus sete herdeiros. Os problemas vieram quando os filhos caçulas, que recém saídos da adolescência, encasquetaram que deveriam mudar para a capital. E depois de muito relutar contra a vinda para a cidade grande, meus tios mais velhos foram convencidos que a mudança era a única saída para a ingerência nos negócios.

Aqui chegando, a família conseguiu adquirir um lote grande, que possuía uma casa espaçosa onde todos puderam se acomodaram com algum conforto. Usufruíram por um ano do restante do dinheiro advindo da venda da pequena fazendinha, e deste modo conseguiram suprimir as necessidades da família.

Meu pai que a esta época já namorava minha mãe, veio logo depois. Como não conhecia ninguém na cidade grande ficou morando na mesma casa de minha avó.

Depois de longos períodos desempregado, meu pai recebeu auxílio financeiro do meu avô (paterno), afim de que começasse a construir a casa onde eu moro atualmente. Inicialmente a casa tinha apenas dois cômodos, por pura insistência do meu pai, já que minha mãe queria apenas um cômodo, pois dizia que achava bonito tudo arrumado como uma casinha de boneca. E pensar que anos depois ela lutou tanto para conseguir ampliar a casa e fazer algumas benfeitorias necessárias ao nosso mínimo conforto, e neste ponto devo reconhecer a máxima popular que diz: que às vezes algo ou alguma situação é uma mera ironia do destino.

Ao se passar um ano de meu nascimento, tivemos que nos mudar para o interior, onde meus pais foram criados, pois o desemprego alcançava índices elevadíssimos no início da década de 80.

Na zona rural de Itambacuri, no povoado de URUPUQUINHA, onde residia meu avô e quase todos os meus parentes paternos, passei a fase mais feliz de minha vida: a primeira infância! Um lugar que possui uma natureza exuberante, um povo simples de coração, palco de minhas pequenas e primeiras descobertas de mundo.

Quando mudamos para Urupuquinha não tínhamos casa, então ficamos morando durante dois anos em casa de meus avôs. Meu avô cedeu-nos um terreno onde poderíamos erguer nossa casa e cultivar grãos e manter uma horta para nosso sustento. Como parte da doação estava incluída uma vaca, um cavalo, quatro galinhas e um galo, não eram muitos, mas o suficiente para que começássemos a construção de uma nova vida.

Nossa casa foi construída de tijolos de adobe, um tijolo artesanal feito por meu pai. A confecção era simples, bastava misturar água e barro próprio para o tijolo, que era facilmente encontrado na região. Depois era só colocar dentro de formas, espera que secasse empilhar em formato de IGLU e fazer a queimação ateando fogo por dentro. Com esse tipo de barro usava-se pouco cimento e areia para o reboco, pois a terra própria para o adobe possui boa liga.

O tijolo de adobe possui como desvantagem o fato de ter como característica uma secagem lenta. Um inconveniente, já que a produção era praticamente individual ocasionando uma demora no término de nossa casa, que apesar do baixo custo, só ficou pronta após dois anos.

No entanto a espera foi recompensada, diferente da casa da cidade que possuía apenas dois cômodos, a casa de Urupuquinha tinha dois quartos (um para mim e outra para meus pais) sala, copa e cozinha. Este último é o lugar preferido de minhas recordações pelas imagens, cheiros e sabores que só o fogão a lenha é capaz de produzir em mim.



IMAGEM1: Casa Urupuinha

Fonte: arquivo pessoal

O acabamento do interior da casa ficava a cargo do barro branco, um tipo de massa corrida natural, que tanto servia para amassar as paredes quanto para pintar, dando um toque especial ao seu interior, por apresentar uma textura macia e dar frescor ao ambiente. As madeiras do telhado, portas, janelas eram confeccionados com madeiras da região, bem como alguns moveis característicos no universo caipira: tamboretas, mesas, bancos e cadeiras.

Lembro-me com alegria das manhãs nas quais passava a brincar com algumas primas debaixo de um pomar de laranja; das brincadeiras de montaria na qual colocava as selas em cima dos latões de leite; de quando chegava o inverno e juntávamos todo o lixo do quintal para a noite fazermos uma grande fogueira e ficar a admirar o fogo e o efeito da claridade dentro da noite escura.

Recordo-me com saudades dos tempos em que no final da tarde, eu sentada debaixo de uma enorme arvore situada ao lado da estrada que passava no fundo de minha casa, me punha a esperar. Ficava ali a espreita, desejosa de ver passar o meu amigo NEL GOMES, um vizinho e amigo de família que quando voltava do trabalho retornava pela estrada perto de minha casa, só para me presente com balas. Muitas vezes por não ter noção do tempo eu deixava a brincadeira e corria para esperá-lo antes do horário, então minha mãe percebendo minha ignorância em relação ao tempo, explicou-me que eu deveria esperá-lo apenas quando o sol estivesse se pondo.

Há algum tempo atrás em visita ao lugarejo, fui surpreendida por Nel Gomes que ao indagar-me sobre os tempos em que sentada ao pé da árvore, aguardava sua passagem a cavalo, para receber as guloseimas, presenteou-me com um saco de balas, aguçando minha memória.

1.1... Cheguei á escola e lá estava a minha tia Tuzinha...

Comecei a freqüentar a escola no ano de 1984 quando tinha mais de cinco anos de idade. A escola era um salão grande também de adobe que a principio foi construído para receber as reuniões religiosas da comunidade rural, posteriormente, passou também a ser utilizado como grupo escolar.

A professora era a minha tia Tuzinha, que lecionava para a 1ª e 2ª serie no período da manhã, em um mesmo espaço e horário. Valendo-se apenas do recurso didático da improvisação representada pela divisão do quadro negro ao meio e a sala em dois blocos de crianças, cada qual do seu respectivo lado do quadro.

O método utilizado de classe multiseriada na 1ª e 2ª serie no período da manhã, repetia-se no período da tarde para as crianças da 3ª e 4ª series, este sistema arcaico e impróprio de divisão e agrupamento de classe, era o único viável aquela época, tamanha a falta de investimentos do poder público local.

Eu no meio das turmas ora no período da manhã ora a tarde dependendo do humor de meu pai, recebia auxilio individual de minha tia sempre que possível.

Meus colegas do turno da tarde, as crianças de nove e dez anos levavam uma vida dura, geralmente trabalhavam nas fazendas tirando leite nos currais. Obrigadas a levantarem às 4 horas da manhã para a ordenha dos animais, às 6 horas já deveriam estar prontos para fazer a entrega dos latões às cooperativas, guiando os burros de cargas usados para o transporte até os pontos (locais de entrega do leite) onde os caminhões passavam para recolher o leite.

Quando retornavam às 8 horas deveriam cumprir outras obrigações, como lavar os latões, os baldes usados para a coleta do leite, dar banho no burro e solta-lo no pasto. Às 11hs era o momento da parada para o almoço, pois logo em seguida era retomada mais uma tarefa para estes meninos: apartara os bezerros, ou seja, separá-los de suas mães para que eles não mamassem todo o leite que deveria ser retirado no dia seguinte.

Então de banho tomado ou não, partiam cansados e desinteressados para a escola. Muitas vezes vi minha tia sair para conversar com os fazendeiros da região, pois aquelas crianças que repetiam o ano eram impedidos de freqüentar as aulas no ano seguinte, seus patrões diziam que os meninos estavam grandes para perder tempo com a escola, argumentavam dizendo que eles não conseguiam aprender e assim, só lhes restavam trabalhar. Algumas vezes a empreitada de minha tia resultava em sucesso ao utilizar argumentos em favor das crianças, outras vezes não.

Dividida entre dois grupos de crianças de series diferentes, minha tia sempre que possível vinha em meu auxílio. Eu fazia atividades de coordenação motora fina e grossa (pontinhos) e copiava as letras do alfabeto. Às vezes eu achava estranho estar em uma sala que só eu fazia aquelas atividades, mas ficava observando o que estava sendo escrito no quadro sem muito entender.

Meu pai passou a questionar sobre se aquilo seria bom ou sem efeito. Minha tia dizia que sim, respondendo que mesmo que ela não tivesse muito tempo para mim, eu estaria aprendendo somente por estar no ambiente escolar. Assim iria me familiarizando com tudo. E de certa maneira ela estava certa, pois muitas letras do alfabeto que eu não dava conta de escrever, eu conseguia copiar observando como minha tia desenhava a letra no quadro.

A escola ficava perto da casa de minha tia e como ela era ao mesmo tempo professora faxineira e cantineira da escola, por vezes tinha que deixar os alunos sozinhos e ir preparar a merenda fornecida pela prefeitura de Itambacuri. A merenda era servida em canecas de plástico que minha tia havia comprado para que tivéssemos onde comer. Nesta caneca era servido um delicioso mingau da LBA¹ ou comíamos um saboroso macarrão na caneca, que tenho certeza que era feito com muito amor, pois do contrario não estaria o cheiro e sabor impregnados em minha memória.

No recreio brincávamos de pique esconde a beira de um riacho que passava no fundo da casa, como havia uma pequena mata ao lado, muitas vezes minha tia ficava brava por estarmos brincando ali e mandávamos subir com medo de que algum animal como cobra pudesse nos atacar.

¹ Sigla utilizada para designar a Legião Brasileira de Assistência, entidade filantrópica fundada em 1942 por Darcy Vargas.

1.2...Porém, a alegria do nascimento de minha irmã fechou as portas da escola. Que tristeza!!!

Estudei durante seis meses, até que um dia minha mãe começou a passar mal e meu avô fez uma cama suspensa, que tinha grandes e longas pernas onde os homens da família iriam segurar. Era o meio de transporte mais rápido até a casa do fazendeiro vizinho, único que possuía carro na região. Minha mãe foi encaminhada ao hospital para o parto. Foi então que fiquei sabendo da chegada de minha irmã. Quando ela voltou não pude freqüentar a escola, pois eu deveria ajudar com a chegada do bebê e nas tarefas de casa.

Às vezes eu ficava sem entender, o porquê, não poderia freqüentar a escola e me sentia muito triste. Meus colegas passavam na estrada ao lado de minha casa e me chamavam para ir para a escola, então, comecei a reclamar e pedir para retorna as aulas. Minha tia tentou sem sucesso interceder a meu favor, a solução encontrada por ela foi proibir meus colegas de me chamarem ao passar pela estrada, devendo ainda, fazer silencio quando estivessem por perto.

Penso que inconscientemente comecei a protestar fazendo muitas travessuras. Um dia ao me repreender devido a uma dessas travessuras, minha mãe me perguntou se por acaso ela estaria falando grego, pois eu não estava obedecendo. Sem entender, perguntei o que era o grego. Minha tia que estava por perto me explicou que era uma língua difícil de falar, escrever e entender e que possuía uma escrita diferente da nossa, fiquei fascinada sonhando com o dia em que pudesse conhecer o idioma grego.

2. O RETORNO À ESCOLA NAS FRONTEIRAS BH/SABARÁ

Em novembro de 1985 meu pai decidiu que deveríamos vir morar novamente em Belo Horizonte, mais precisamente na divisa dos municípios de Belo Horizonte e Sabará. Ele que apesar de ter nascido ali no interior, não gostava do lugar, dizia que o trabalho na roça era para burro e que ali não tinha nada, nem trabalho digno nem tão pouco diversão. Voltamos trazendo todos os móveis na mudança. Minha mãe me matriculou em uma escola do bairro e já no início de 1986 eu ingressei na 1ª série já com sete anos de idade.

2.1 Em busca da língua grega e as primeiras dificuldades...

No meu primeiro dia de aula fiquei maravilhada com a claridade da sala, a quantidade de mesas e cadeiras, o tamanho da mesa do professor, mas o que mais me impressionou foi os enfeites cheios de cores, letras, números e desenhos alegres e sorridentes.

Ao observar o alfabeto percebi que havia algumas letras que eu não conhecia (Q, K, Y, W). Eu já tinha noção de grupos silábicos apesar de não saber formar palavras. Quando via a frase QUE DIA É HOJE? Fiquei sem entender o que era aquele símbolo **Q**, e o que a vogal **U/ E** estavam fazendo ali perto daquele símbolo. Então, pensei que aquilo deveria ser o grego.

Quando a professora chegou perguntei se ali eu iria aprender o grego, ela respondeu que não, e questionou-me sobre qual era o motivo da minha pergunta. Eu respondi que aquelas letras eram gregas, pois eu não conhecia, não entendia e que minha mãe disse que o grego ninguém entende.

A professora achou tudo muito engraçado e depois foi falar com minha mãe, que explicou o ocorrido. Sem saber que a professora havia falado com minha mãe eu cheguei ao portão da escola na hora da saída dizendo que apesar da professora dizer que não, eu iria aprender grego!

Minha vida escolar transcorreu até a 4ª série sem maiores problemas. Apesar de vir do interior eu tinha mais noção de português e matemática do que muitos ali, já que a sala era atrasada. É bem verdade que eu tinha muitas dificuldades de manuseio da tesoura, livros, revistas e algumas atividades de coordenação motora

final. No 1º e 2º ano tive a mesma professora de quem me lembro com muito carinho, na 3ª e 4ª séries segui com outra professora que apesar de não ser tão carinhosa e paciente como a primeira também a considero uma boa professora.

Na 7ª série tive muitas dificuldades com a matemática e muitos problemas em casa. Neste período, houve a primeira separação de meus pais, mas após alguns meses eles se reconciliaram. Mas isso não durou muito. Mesmo com problemas dentro e fora da escola, foi neste período que aprendi a tomar gosto pelo conhecimento, pois tive muitos professores competentes.

Ao ingressar no Instituto de Educação de Minas Gerais, encontrei grandes amigos, que despertaram o meu interesse por lecionar. Fiz o científico e depois algumas matérias do magistério. Foi neste período que consegui meu primeiro emprego como babá de duas crianças, filhas de uma advogada e um médico clínico.

Acredito que tudo na vida vale como experiência, seja ela boa ou ruim, e esta considero como uma boa experiência, já que pude aplicar meus conhecimentos aprendidos no curso ao meu trabalho. Depois do curso terminado decidi procurar uma escola para trabalhar.

3. DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO À SALA DE AULA: a escolinha, a creche e a universidade

O trabalho na escolinha serviu como aprendizado, mas era um trabalho exaustivo e de pouca remuneração. Ganhávamos meio salário mínimo. Então veio a possibilidade de trabalhar em uma creche conveniada com a prefeitura de Belo Horizonte, onde enriqueci meus conhecimentos e descobri minha vocação para a educação infantil.

Sempre tive o sonho de fazer uma faculdade, principalmente de História. Acreditava que a História me daria uma melhor compreensão de mundo. Porém depois de duas tentativas frustradas de vestibular para História percebi que deveria investir na área em que eu trabalhava. Então, decidi fazer pedagogia.

O curso de pedagogia me surpreendeu, pois não era a História que me forneceria à verdadeira compreensão do mundo, e, sim, a pedagogia. Penso que entrei para o curso no momento certo, pois ingressei logo após a mudança no currículo da pedagogia. A mudança consistia dentre outras alterações na inserção de algumas disciplinas que contemplam a educação infantil, favorecendo meus planos de seguir neste segmento da educação.

3.1 O ser professora, a docência e o espaço escolar

Iniciei minha carreira na prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2008 na escola Municipal Henriqueta Lisboa, na Regional Nordeste da capital. A escola, apesar de ser uma escola de ensino fundamental possui turmas de educação infantil. O quadro da educação infantil era constituído de três turmas que funcionam no turno da manhã e seis no turno da tarde.

Quando cheguei à escola, este segmento da educação estava em vias de implantação, ou melhor, no processo final de sua consolidação. Não havia educadores em quantidade suficiente para preenchimento do quadro de professores para a educação infantil, o que dificultava mais um pouco o trabalho dentro de um espaço improvisado e hostil ao novo projeto. Como fui uma das últimas a chegar à

escola o apoio² foi destinado a mim. Dividíamos o horário de projeto em 50 minutos para que pudéssemos conseguir garantir o mínimo de tempo necessário ao planejamento dos professores.

O primeiro ano (2008) foi muito difícil devido aos constantes atritos envolvendo a coordenadora e algumas professoras, o que culminou na transferência da coordenadora para outra escola. Coube a mim, a tarefa de, provisoriamente, substituí-la. E o que deveria ser temporário, se estendeu por três anos. Entendo que foi uma experiência válida e muito importante para minha formação.

Após três anos percebi que já era hora de voltar a lecionar e ganhar mais experiência no chão da sala de aula. Iniciei o trabalho com turmas de três a cinco anos, do segundo ciclo da educação infantil. Desde então, tenho assumido turmas de 5/6 anos.

Minha vivência com turmas menores se resume a curtos trabalhos de substituição em dobras. Destaco como enriquecedor as vivências que guardo em minhas lembranças das turminhas de dois anos da UMEI OURO MINAS e da UMEI CAPITÃO EDUARDO da Regional Nordeste. Porém, com as turmas de 5/6 anos, há sempre uma possibilidade de trabalho pedagógico mais visível e palpável, o que inclusive facilita o desenvolvimento do meu plano de ação por ser esta a faixa etária escolhida para minhas observações.

3.2 Contextualização da Escola Municipal Henriqueta Lisboa

A Escola Municipal Henriqueta Lisboa foi criada a partir de um movimento popular pela educação no Bairro Dom Joaquim, Regional Nordeste de Belo Horizonte. Todo o trabalho para a criação da escola foi discutido e executado com a participação da comunidade, comissão de professoras e SMED.

A escola começou a funcionar no prédio da antiga FAFICH³, em 1990, atendendo inicialmente alunos do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental, ainda no mesmo prédio. O prédio definitivo foi inaugurado em agosto de 1992, localizado a Rua Georgina de Pádua, 207, Bairro Fernão Dias.

² Nomenclatura utilizada pela rede de Belo Horizonte na educação infantil, para designar o professor que fará a regência compartilhada em algumas turmas de uma determinada faixa etária.

³ Faculdade de filosofia e Ciências humanas, Bairro Santo Antônio.



IMAGEM 2: Escola Municipal Henriqueta Lisboa
Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

O bairro Fernão Dias é um bairro de classe média que conta com uma boa infra-estrutura: ruas asfaltadas; saneamento básico; posto de saúde; posto de gasolina; pizzaria; imobiliária; padaria; restaurantes; lanchonetes; farmácia; lojas de roupas; lojas de conveniência; um parque com quadra e alguns brinquedos infantis; academia de ginástica; salão de festa infantil; três escolas particulares da rede Pitágoras e uma escolinha infantil particular. Por se tratar de um bairro residencial as casas em sua grande maioria possuem um projeto arquitetônico bem desenhado.

Porém assim como tantos outros bairros da grande Belo Horizonte, esta sofrendo com a expansão imobiliária, já consolidada com o advento da construção de diversos edifícios destinados a classe média, a exemplo do comércio da região.



IMAGEM 3: Imagem aérea da Escola Municipal Henriqueta Lisboa

Fonte: Google maps

4. A ESCOLA E O SEU PROJETO POLITICO PEDAGOGICO

A escola apresenta um espaço físico bem aproveitado, em uma construção ampla com 17 salas de aula, sala de professores, biblioteca, cantina, pátio, quadra coberta e quadra externa, banheiros e salas de apoio: (coordenação, direção, mecanografia, secretária).

Atualmente, (Abril /2015) a escola oferece atendimento no 1º, 2º, 3º ciclos do ensino fundamental além do 2º ciclo da educação infantil, funcionando em 2 turnos.

Apesar de haver registros desde 2002 de conversas que projetavam como meta a construção do PPP (projeto político pedagógico) da EMHL⁴, não houve avanços significativos para sua elaboração definitiva. Ou, nem mesmo, uma retomada que reformassem os itens já alcançados, como princípios que norteiam a prática pedagógica da escola, em anos posteriores. Os trabalhos iniciais possuíam como características os registros dos professores cada qual, em seu turno de trabalho, porém todos deveriam se basear num princípio comum: “A base norteadora do mesmo deverá ser a alfabetização, visto que há alunos nos ciclos que ainda não foram alfabetizados.” (Livro da atas de Reuniões Pedagógicas. 18/03/02).

O que podemos perceber é que o fato das discussões acontecerem em separado, os esforços não agregou/acrescentou valores suficientes ou capazes de elencar metas bem definidas ou regras de comum acordo a serem compartilhados por todos, sobretudo por serem estes professores, os protagonistas de produções em turnos distintos, trabalhando cada qual com o seu segmento da educação. Devemos apontar o curioso fato de não haver registros de uma participação da comunidade escolar nem tão pouco do corpo discente da escola no processo inicial de construção do PPP.

Atualmente a escola utiliza o regimento escolar como documento maior para direciona a prática pedagógica, a construção o PPP se tornou meta primeira a ser alcançada pela nova direção que tomou posse no início de 2015.

4.1 Características do corpo discente

⁴ Escola Municipal Henriqueta Lisboa

As famílias são constituídas em 80% por pais que possuem o segundo grau completo, 5 % que possuem o ensino superior completo e 15% que concluíram o primeiro grau. A renda familiar da grande maioria gira em torno de 2000,00 a 5000,00 mil reais, sendo que em sua minoria, os pais recebem um salário que varia de 800,00 a 1200,00 reais.

Com relação ao pertencimento étnico, um terço se declararam brancos e os outros dois terços se declararam pardos, mesmo aquelas crianças que o tom de pele é mais escuro, não houve nenhuma família que declarou sua criança como negra apesar das evidências⁵. Quanto à religião, está dividida em 50% de católicos e 50% de evangélicos.

A relação família/ escola é muito boa, pois a escola se coloca como parceira em diversas ocasiões para a família e comunidade. A escola disponibiliza a quadra, auditório e outros espaços para que possam ser utilizados pela comunidade desde que previamente agendado. A escola oferece o programa escola aberta nos finais de semana com diversos cursos para os pais e crianças. A diretora está sempre disposta a dialogar com os pais atendendo a demanda sempre que procurada.

4.2 Organização e dinâmicas do cotidiano escolar

A educação infantil na escola municipal Henriqueta Lisboa funciona em dois turnos: pela manhã junto com o terceiro ciclo do ensino fundamental e a tarde juntamente com o primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental. A dinâmica das atividades da educação infantil gira em torno da disponibilidade de espaços não requisitados pelo ensino fundamental.

No início das aulas as professoras recebem as crianças no pátio da escola e na saída às crianças também ficam acomodadas no pátio a espera dos pais, este procedimento se faz necessário no intuito de evitar prováveis acidentes que possam ocorrer entre alunos da educação infantil e alunos do fundamental. O horário do parquinho deve acontecer sempre antes ou depois do recreio do fundamental.

⁵ Dados retirados do formulário para efetivação de matrícula da Escola EMHL.



IMAGEM 4 : parquinho da Escola Municipal Henriqueta Lisboa
Fonte:: Arquivo pessoal da pesquisadora

Há um projeto de contação de historia que acontece dentro da biblioteca da escola, esta por sua vez, possui um espaço destinado à educação infantil com mobiliário e livros apropriado a faixa etária. O acesso das crianças aos livros e revistinhas se faz de forma favorável e adequada, em um claro convite a pratica da leitura prazerosa. Um dos pontos que merecem destaque é a quantidade razoável de literatura do kit afro, sempre disponíveis a todos na biblioteca.



IMAGEM 5:Foto biblioteca Escola Municipal Henriqueta Lisboa
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

O processo de enturmação da educação infantil é feito a partir do recorte etário, sendo possíveis, as configurações em que aparecem turmas flex (ex: 3/4 anos e 4/5 anos), ou seja, de duas idades diferentes caso não haja crianças em numero suficientes para a enturmação mais adequada, que seria turmas da mesma faixa etária de 3/ 4 anos, 4/5 anos e 5/6 anos.

Dentre as atividades que fazem parte do funcionamento da escola cito: a escola integrada, floração, AEE (atendimento educacional especializado).

As atividades da escola integrada são desenvolvidas dentro do espaço da escola, o que causa certo desconforto e transtorno para os outros segmentos da educação, principalmente á educação infantil que perdeu diversos espaços (salas e áreas externas ocupados pela escola integrada e que antes eram destinados ao nosso segmento). Levando-se em consideração as peculiaridades da faixa etária atendida, entendo que a educação infantil naquele momento foi subjugada o segundo plano no quesito prioridade.

Com a reorganização dos espaços, o ensino fundamental também perdeu campo de atuação, como a sala do laboratório de informática entre outros. Ocorreram alterações que redefiniram o acesso aos espaços externos e a disponibilidade de acesso e uso do auditório pelo fundamental, que ficou restrito a eventos pontuais, esporádicos e previamente agendados.

Há ainda o funcionamento da escola aberta aos finais de semana com diversos cursos para crianças e adultos, oficinas e jogos para as crianças interessadas.

As reuniões de pais acontecem sempre no inicio e/ou final de cada semestre letivo, exceto quando há a necessidade de atendimento individualizado solicitado pelos pais ou pela escola. A convocação para assembléia escola é feita com no mínimo três dias de antecedência para que os pais e comunidade escolar possa se organizar e assim favorecer a participação de todos.

5. A LEI 10.639/03 SUA IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUETA LISBOA

A necessidade e importância da inclusão do estudo da História e cultura africana se faz necessário, quando nos deparamos com situações de invisibilidade da cultura e dos povos advindos do continente africano em nossos currículos.

No entanto, reconheço uma dificuldade enorme ao planejar e executar o trabalho com a cultura africana com os alunos da educação infantil do Henriqueta Lisboa. Esbarro no preconceito dos pais com relação às religiões de matriz africana, parte constituinte da cultura destes povos, ou até mesmo na resistência dos alunos em reconhecer nos contos de princesas e reis africanos, heróis legítimos e dignos de merecimento bem como aqueles de origem branca. Apontando evidências de uma enorme prevalência do estigma caricatural negro, incutido no imaginário infantil. Tal pensamento é reforçado nas representações ideológicas que endereçam ao fenótipo negro, uma inferioridade ao nomear como feio, ruim e sem valor algumas características deste biótipo frente às características brancas.

Penso que a busca por equidade racial ganhou um importante subsídio na resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o reconhecimento, valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas Africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação. Este substancial artigo impresso nas páginas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil configura-se como o representativo aparato jurídico, que faltava a lei 10.639/03 para explicitar a abrangência do trabalho com a temática, que, impreterivelmente deve ser contextualizado com as crianças desde a mais tenra idade.

5.1 A lei nº10. 639/03 e suas possibilidades

A Lei nº 10. 639/2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira na educação básica e foi regulamentada por meio da Resolução nº1, de 17 de junho de 2004, do conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A lei nº 10.639/2003 pode ser considerada um grande avanço no que se refere à luta da população negra no intuito de se perceberem representadas e reconhecidas positivamente, através das marcas distintivas que lhe são peculiares.

Sendo também a possibilidade de outra enunciação, principalmente por viabilizar, uma operacionalidade que trabalhe com os mesmos parâmetros valorativos endereçados a outros povos que compõe a formação do povo brasileiro.

Do ponto de vista educacional marca uma ruptura de uma postura política pedagógica de não reconhecimento das diferenças resultantes de nosso processo de formação nacional. De um silenciamento histórico no que diz respeito à importância cultural, histórico e político e dos grandes feitos dos diversos povos africanos.

Se tomarmos por base o pensamento de (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996), que entendem a socialização como o processo pelo qual os seres humanos são condicionados a adotarem padrões de comportamentos, normas, regras e valores do seu mundo social, da infância estendendo-se por toda vida. Compreenderemos a necessidade de se inverter a lógica social, que está comprometida com a ideologia do pensamento de branqueamento, presente nas representações de imagens positiva do não-negro, enquanto os sujeitos negros tendem a rejeitar sua própria imagem, gerando um quadro de baixa auto-estima e uma busca constante em aproximar-se do modelo valorizado como bom e perfeito pela sociedade.

Venho trabalhando com a literatura infantil, pois, sabemos que a literatura infantil representa uma ferramenta eficaz na construção do conhecimento da criança, possibilitando uma apropriação de saberes e culturas. Estímulos a formação de idéias que contribuem para a prática da alteridade imprescindível ao reconhecimento justo e desejado pelos movimentos negros, e para dar a história da África a relevância que ela possui faço referência a Abramovich:

É através da história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula. (ABRAMOVICH, 1997, p.17.)

5.2 Plano de Ação como instrumento de implementação da lei 10.639/03

Iniciei o meu Plano de Ação em uma turma de 5/6 anos da Escola Municipal Henriqueta Lisboa, mas infelizmente não pude prosseguir, pois havia pedido transferência no ano anterior para uma UMEI perto de minha casa.

Em setembro de 2014 fui transferida para a UMEI Goiânia. Desde então sou professora regente de uma turminha de três anos e devido a estes fatores meu trabalho ficou um pouco comprometido. Com a impossibilidade de dar andamento ao Plano de Ação nos mesmos moldes inicialmente planejado, então me sentir no dever de procurar alternativas em outra escola.

No início do segundo semestre de 2014 surgiu à oportunidade de conduzir meu Plano de Ação em duas turmas de 5/6 anos da Escola Municipal de Educação Infantil Elos, onde iniciei uma dobra como apoio até início de novembro de 2014. Meu trabalho se pautou no desenvolvimento de atividades que possuía como base a literatura, principalmente atividades de leituras de livros advindos do kit afro.

Historias sobre as diversas culturas africanas podem vislumbrar representações sobre o continente africano capaz de compor uma narrativa recheada de elementos essenciais a construção de identidade na educação infantil, de elevada auto-estima e de menos rejeição á descendência étnica africana.

A partir da literatura propus discorrer um pouco sobre as origens africanas de nossa cultura, fazendo um paralelo entre historias que revelam para as crianças algumas características de uma determinada etnia africana e sua relação com o Brasil. Tal relação se revela na impressão de marcas no modo de ser do povo brasileiro, desde a cor da pele até os costumes e tradições orais. Assim, o trabalho com a lei 10.639/03 possui na literatura o norte capaz de dar fomento e solidez à luta por equidade dos endereçamentos raciais.

: 5.3 Metodologia

Defini como titulo de meu Plano de Ação a nomenclatura: Histórias Brasil/Áfricas: Heranças e presenças no universo Brasileiro que trás em si como justificativa o incômodo causado pela situação problema: o fato das crianças de cinco anos das quais foi referencia, manterem um comportamento critico-

depreciativo uns para com os outros, expressado através de apelidos pejorativos e xingamentos. Tal fato tem causado diversos constrangimentos e conflitos na turma. Percebi que não estava conseguindo acessar as crianças de forma a eliminar o problema.

Procurei demonstrar para as crianças a importância do respeito ao colega, fazendo com que eles se coloquem no lugar do outro. Aos pais expus o problema e pedi ajuda em casa para que auxiliassem a escola, conversando com seus filhos sobre as diferenças de cada um e a importância da valorização destas diferenças, ou seja, de uma discriminação positiva da diversidade em sala de aula.

Propus trabalhar algo que fizesse sentido para as crianças da Escola Municipal Elos onde dei prosseguimento ao Plano de Ação, pois, a meu ver, as crianças do Elos eram bem semelhante aquelas com que iniciei meu Plano de Ação na EMHL. Percebi que as características de seus comportamentos dentro de sala de aula são parecidas, revelando uma prática muito comum entre crianças desta mesma faixa etária: o hábito de colocar apelidos nos colegas tentando diminuí-los ressaltando alguma característica física distintas de seu biótipo.

Minha intenção ao trabalhar com alguns livros do kit afro era demonstrar para as crianças que muitas vezes ao tentar ridicularizar o colega, elas estavam imprimindo uma marca negativa a algumas particularidades características de determinadas etnias de um continente que nos constitui como povo brasileiro, sustentando o signo do negativo de nossa descendência africana.

Afastar o mito da ingenuidade de atitudes preconceituosas é fundamental e importantíssimo para uma postura adequada com relação à situação problema, pois é só quando se perceberem reconhecidos na sua diversidade é que estas crianças que são vítimas de preconceitos e discriminações se sentirão parte da escola, algo já apontado como diretriz pelo MEC nas orientações que devem embasar a formação de professores:

O acolhimento da criança implica o respeito a sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo (...). Nessa perspectiva, as dimensões de cuidar e educar devem ser ampliadas e incorporadas nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas. (BRASIL, MEC/SECAD, 2006, p.379)

Pautando-me nestas perspectivas as ações pretendidas devem transformar tais comportamentos a ponto de uma conscientização, de um reconhecimento e de uma internalização por parte das crianças e dos seus familiares da valoração da diversidade presente em sala de aula, reverenciando a educação no sentido do reconhecimento às diferenças.

Acredito que a escola deveria estabelecer como alvo a ser perseguido/alcançado a cultura do reconhecimento as diversas identidades, abrindo espaço para que estas se vejam representadas e acolhidas na comunidade escolar.

Embora esta não seja tarefa das mais fáceis ou dóceis a ser alcançada, é, porém, sobretudo, a mais relevante a se perseguir como princípio básico de uma educação libertadora, como bem nos lembra GONÇALVES:

Dos profissionais da educação, além de competência pedagógica e científica, é esperado comprometimento social, sem o que a complexa conjunção de processos de ensinar e de aprender que se confrontam nas salas de aula pode ser deslindada, tampouco devidamente orientada a educação, enquanto um bem social que prepara para a vida cidadã. (GONÇALVES, 2010, p.39.)

O trabalho com a temática requer o entendimento de que devemos deslocar o ponto de vista e o ponto de escuta, fazendo uma reflexão a cerca de nossa formação pessoal, familiar e acadêmica.

O trabalho com os pais consiste em explanar, todos os por menores de uma ação de tamanha envergadura (o plano de ação), elencando todos os significados e sutilezas que as representações na sociedade processam no lingüístico e no discurso. Operar em outra ordem apresenta-se como uma estratégia que bem trabalhada culminará em atitudes responsáveis, verdadeiros atos emancipatorios e libertadores dentro e fora do contexto escolar, imprimindo na sociedade uma marca de possibilidades de transformação positiva de antigos comportamentos de negação do outro.

Notório a relevância da obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana, também na educação infantil, pelo simples fato de percebermos através das recorrentes situações problemas, a necessidade da intervenção adequada do professor, principalmente propondo uma análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas, através das relações de poder.

Tanto mais ampliarmos o conhecimento sobre nossa historia, mais chances teremos de unir as diferenças, sem aniquilar ou integrar, mas prioritariamente conservá-las como diferenças, este é um pressuposto que ganha campo fértil na educação infantil por ser este o lugar onde tudo começa, onde os preconceitos ainda não estão enraizados e por conseqüência mais fáceis de serem arrancados. Endossa este pensamento e este sentimento de mudança a constatação de que a História africana é negligenciada até mesmo em locais impensáveis, pois em muitos casos ela não é reconhecida como cultura constituinte, ou se quer ensinada, discutida ou falada em algumas comunidades quilombolas, como podemos verificar na comunidade de Marinhos:

No que diz respeito á aplicação da lei 11.645- que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, a escola de Marinhos utiliza material específico sobre as comunidades quilombolas da região e realiza atividades em alguns momentos do ano letivo, como por exemplo, a Mostra Cultural. No ano de 2011, a programação contemplou um dia de contação de historia e entrevistas realizadas pelas crianças ás pessoas idosas da comunidade a fim de valorizar a historia local. Em novembro a escola comemora a semana da Consciência Negra.”
(Relatório IBASE. 30 dezembro de 2011, p.16.)

Essa prática pedagógica denuncia que também nos currículos de algumas comunidades quilombolas, bem como nos currículos das escolas do restante do país há uma tendência cada vez mais evidente de práticas de atividades desconectadas, trabalhadas superficialmente, como forma de visitar aquelas culturas que não exercem poder na sociedade, culturas tidas como irrelevantes, culturas que detém em sua historicidade um viés esporádico, verdadeiros expoentes de um currículo turístico.

Esse currículo turístico caracterizado pela visita ao dia “D”⁶ esconde um currículo do silencio, da não identidade, da baixa auto-estima, do esquecimento e da dor. Capaz de negar sua origem, sua verdadeira identidade e sua presença no mundo. E deste modo não se conhece e não se reconhece o que não se pode ser visto que não se pode ser sentido, que não se pode ouvir, que não se pode saborear /degustar e por isto mesmo sobre o qual não se pode falar.

É lamentável perceber como algumas instituições representativas da sociedade acabam por depor contra suas origens ao calar uma das mais genuínas

⁶ Termo utilizado para se referir a algumas datas comemorativas destinadas às minorias.

vozes representantes de africanidades brasileiras: o quilombo, como comprova o relatório do IBASE 30⁷:

Nas reuniões realizadas nesta comunidade, percebeu-se que existem poucas informações acerca da história local. Essa lacuna de informação se deve a recusa dos moradores mais antigos em falar sobre o passado, como foi relatado pelo morador local, Sr. Antonio Cambão: “Quando eu perguntava um pouquinho mais eles não gostavam de estar passando. “Creio que era por causa do sofrimento.” p.14.



IMAGEM 6: 1ª Festa de São Benedito em Marinhos

Fonte: Diagnóstico Social Participativo da Comunidade Quilombola de Marinhos, p.18, 2011.

A presença da igreja católica representa a demarcação de território, dentro da comunidade do quilombo de Marinhos. Ocupação não apenas como instituição religiosa, mas também, e, sobretudo como instituição parceira, funcionando quase como uma ONG, capaz de viabilizar serviços que seriam de responsabilidade da prefeitura local, como por exemplo, o fornecimento de água potável, assumindo para si um pressuposto de poder político interessante, inviabilizando as possibilidades de investidas de outras culturas religiosas, principalmente de matriz africana.

⁷ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- Órgão responsável pelo diagnóstico social participativo da comunidade quilombola de marinhos- Município de Brumadinho- Minas Gerais

Tal postura diante da comunidade quilombola de marinhos, apesar de seu impulso aparentemente generoso, remete a uma hipótese de uma bem sucedida prática que, planejada ou não, caracteriza-se como uma estratégia de ação política da igreja católica.

É o viés capaz do interdito de uma possível cunhagem de espaço a prática de religiões de matriz africana. Relativizando como contra partida a presença do sincretismo/ou hibridismo dos festejos religiosos, visíveis no congado e/ou nas irmandades que reúne tanto moradores da comunidade quilombola de Marinhos quanto comunidades quilombolas da região, como as de Rodrigues e de Sapé.

Por mais que consideremos que o hibridismo carrega as marcas do poder, mas também as marcas da resistência (SILVA, 2005) inegável que a não reflexão a despeito destas práticas, fixam nesta minoria a marca da inferioridade, das identidades dominadas, exóticas e folclóricas. Deste modo a questão étnico-racial deixa de ser histórico/ política e desloca-se para um viés individual e particular, ou seja, desvinculam-se a temática da relação de poder e de suas formas de construção da identidade através das representações. Pois, a religião norteia determinadas práticas e comportamentos, pré- estabelecidos como normas e condutas a serem seguidos.

Silenciar os elementos da cultura africana ou omitir informações sobre a herança africana e sobre as realizações do negro na atualidade caracteriza-se como uma tentativa de invisibilizar o sujeito negro e negar-lhes a fala, fato este que se baseia em proposições de verdade, incorrendo nos riscos de uma história única, para além de um ato de injustiça histórica como nos alerta MUNANGA:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra, interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas principalmente brancas, pois, ao receberem uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolveram, contribuíram cada um no seu modo na formação da riqueza econômica social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, s.p)

E com este intuito de dar visibilidade ao sujeito negro, trabalhei com diferentes elementos da cultura africana através da literatura infantil, que entendo ser capaz de angariar o reconhecimento de sua relevância para nosso pertencimento afro-brasileiro. Assim procurei combinar pares diversos para criar um novo imaginário para as crianças em relação às varias etnias e culturas africanas. Pois, como nos lembra PARAÍSO (2015) é necessário produzir agenciamentos que instaurem a potencia, aqui entendida em Deleuze e Guattari (1977) como a combinação de elementos díspares, heterogêneos, fazendo surgir algo novo. Agenciar é combinar, conjugar, reunir, ligar, conectar, compor. É sempre uma construção; uma atividade; um trabalho.

Seguem no quadro abaixo, alguns livros trabalhados com as turmas:

Livros	Autores	Gênero Literário
Krokô e Galinhola	Matê	Conto Africano
As tranças de Bintou	Sylviane A. Diouf	Literatura Infantil
Os três Presentes Mágicos	Rogério Andrade Barbosa	História Enigma
Cartas entre Marias	Virginia Maria Yunes	Ficção
O dia em que Ananse espalhou sabedoria pelo mundo	Eraldo Miranda	Conto Africano
Kofi e o menino de fogo	Nei Lopes	Literatura Infantil
Chico Juba	Gustavo Gaivota	Literatura Infantil



5.4 Parceiros de trabalho com a Lei 10.639

No dia 11 de setembro de 2014 aconteceu na escola elos de educação infantil uma oficina de capoeira, que já estava programada dentro do quadro de oficinas previsto pelo PAP⁸.

O oficinairo Rômulo Márcio chegou para dar aula nas salas de 5 anos, então perguntei-lhe se iria falar sobre a capoeira, ele então me questionou se eu tinha alguma questão específica para tratar, eu relatei que havia trabalhado o livro Kofi e o menino de fogo, que havia falado da África e que se ele pudesse contribuir de alguma forma seria muito bem vindo.

Rômulo então começou seu trabalho contando a história de Iansã e Xangô que são deuses mitológicos representantes de cidades da África. Seu trabalho foi surpreendente, pois ele conseguiu contar estas histórias sem aprofundar na questão da religião, oportunizando o conhecimento de uma parte interessante da cultura africana, de forma lúdica com uma riqueza de detalhes que eu desconhecia.

Ao final da história escolhia uma criança que se interessava em encenar a história. Aqui destaco a riqueza do momento, já que o desempenho das crianças tanto na encenação quanto no momento das danças revelou muita alegria e prazer em entrar em contato com a cultura africana. Depois propus que todas as crianças pintassem sua própria silueta, buscando aproximar à pintura a cor de sua pele, o trabalho foi realizado com aquarela.

Depois da conotação de história do livro Kofi e o menino de fogo, trabalhei com as crianças o globo e a localização do continente africano, a rota da diáspora africana, algumas características étnico-raciais de adaptação a natureza como, por exemplo, a produção de melanina, textura do cabelo, lábios e nariz e da proficiência destas características. Falei sobre as vestimentas dos ganeses e fizemos uma túnica de TNT, onde cada criança produziu sua estampa, escolhendo a forma geométrica que lhe agradava para pintar ou a produção de algo que lhe chamou atenção.

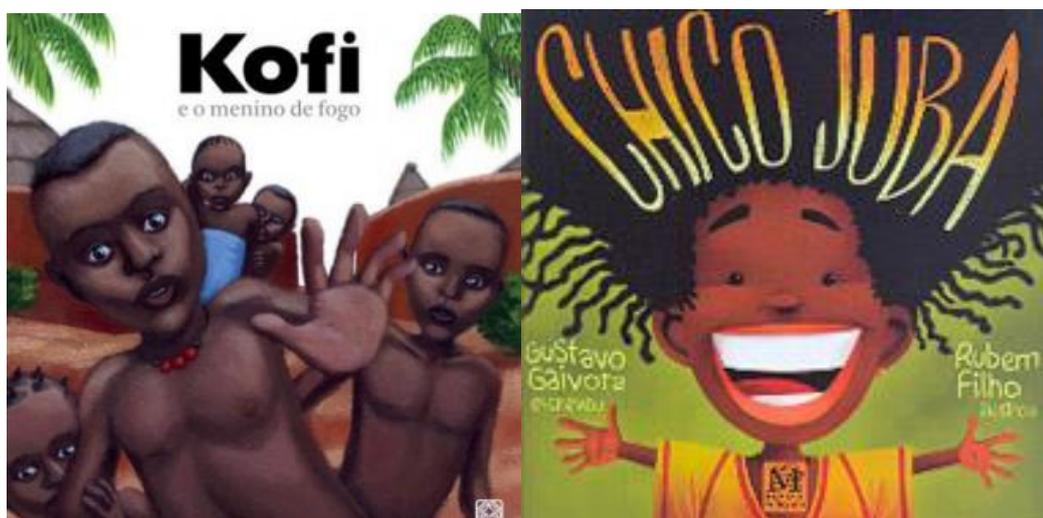
Falamos do tipo de moradia denominado de quintal, o qual foi incorporado a tradição de muitas famílias brasileiras, revelando a presença e herança ganesa até os dias atuais. Falei sobre o império de Gana entre os séculos 4 e 11 considerado o império do ouro, contei as crianças que seu povo dominava técnicas de mineração

⁸ Projeto de Ação Pedagógica

e usava instrumentos como a bateia, importante para o avanço do ciclo do ouro no Brasil. Relatei aspectos de seu clima úmido, favorecendo o desenvolvimento da agricultura e pecuária e de algumas tecnologias inventadas por eles.

Com esta mesma intenção de vislumbrar a descendência africana que se faz presente em nos, concomitantemente contei a história de Chico Juba, afim de que confeccionando o personagem através do desenho das crianças e da caracterização de seu cabelo com barbante e tinta guache, pudéssemos estabelecer a relação entre Brasil/África, sendo que o boneco foi o modelo que completou a exposição das peças de roupas produzidas pelas crianças.

Nas produções das crianças notou-se uma representação de uma auto-imagem positiva, revelando que estas histórias ajudam a construir uma identidade na educação infantil mais condizente com a realidade da maioria das crianças brasileiras. Podemos perceber que as produções aproximam-se mais do fenótipo de cada um do que uma simples copia da imagem do personagem Chico Juba.



Sinopse

- Kofi é um menino africano que, certo dia, encontra-se frente a frente com um menino europeu... E ambos têm que lidar com idéias preconcebidas presentes na sociedade em que vivem. O livro traz, adicionalmente, informações sobre Gana, o país onde se passa a história. Um ponto de abertura para estudos sobre a África, esse país tem alguns aspectos de particular importância, como o fato de ter sido a porta de entrada dos europeus no continente no século XV e o de ter sido marcado pela atuação de seus líderes no movimento pela independência dos países africanos no século XX

- O Chico é corajoso feito um leão e tem a imaginação do tamanho de sua juba! Ele é um grande inventor de xampus que pretende solucionar as incríveis reviravoltas de suas mechas. Essa não é uma tarefa fácil e Chico não poupará nenhuma de suas mirabolantes receitas. Seus esforços o levarão à incrível descoberta de que podemos brilhar sendo quem somos: o segredo é cuidar das raízes.



IMAGEM 5: Produção realizada pelas crianças a partir da história Kofi e Menino de Fogo
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora



IMAGEM 6: Produção realizada pelas crianças a partir da história de Chico Juba
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.



IMAGEM 7: Produção realizada pelas crianças a partir do livro krokô e galinhola.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como característica o desenvolvimento de um plano de ação como forma de contribuir para a implementação da lei 10. 639/03, idealizada, como política pública para combater o preconceito étnico-racial. A lei propõe alterar o imaginário coletivo para brancos e negros, propondo oportunizar o conhecimento de outra história (a Africana), e não apenas a européia, como a mais de quinhentos anos vem ocorrendo nas escolas brasileiras

O plano de ação foi se revelando um grande aprendizado para mim, pois, no decorrer do trabalho pude reavaliar minha prática pedagógica, que apesar de bem intencionada tinha como ponto de partida uma referência (escravidão) que não favorecia a discriminação positiva da História e cultura africana. Ao longo do trabalho fui descobrindo rotas que considero adequadas, que viabilizam o acesso a equidade de endereçamento do discurso, principalmente aquele referente às muitas etnias africanas que compõem a formação do povo brasileiro.

Nas atividades decorrentes da leitura de dois livros, especificamente (Kofi e o menino de fogo e Chico Juba) podemos perceber que houve uma identificação e aceitação do ser negro, representada pela ilustração que todos fizeram do boneco de Chico Juba, espelhando muito mais a imagem do próprio cabelo do que uma mera reprodução do personagem. Revelando que está marca identitária, bem como outras socialmente marginalizadas, podem se tornar um motivo de orgulho para os pequenos, remetendo as características negras alusões a sua típica beleza. Dito isso, acompanho o pensamento do embaixador do Brasil na África Alberto Costa e Silva⁹, que anunciou “que o nosso desafio é: descobrir o homem que se foi, mas que ainda fala ao nosso ouvido”.

Já aqueles comportamentos de colocar apelidos pejorativos uns aos outros, foi substituído pelo entendimento da função social do nome, como primeira forma de identificação do sujeito, a nomenclatura pelo qual todos desejam ser reconhecidos. O trabalho com a lei 10.639/03 na educação infantil partindo de atributos como o

⁹ Representou o Brasil em numerosas reuniões internacionais, tendo sido delegado do Brasil na reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, em Adis Abeba, em 1961; Embaixador em Lagos, Nigéria (1979-83) e cumulativamente em Cotonu, República do Benim (1981-83);

cabelo, a cor da pele e a importância do nome como a inscrição de um primeiro capítulo da história de cada um, engendra uma compreensão ainda que incipiente da diversidade como valor, rejeitando-a como diferença inferiorizante que provoca tantos sofrimentos.

Nesta perspectiva os livros do kit afro foram apresentados as crianças como atividade da “hora da novidade”, aquele momento de fazermos descobertas. Coube a magia da literatura o agenciamento do desejo de conhecer, do encontro do outro que se faz presente em nós, demonstradas nos questionamentos feitos a mim pelas mesmas nos corredores, sempre perguntando “O que iremos descobrir hoje”? Neste ponto acredito que tal comportamento foi favorecido pelo reconhecimento das inúmeras contribuições de Áfricas na formação do povo brasileiro, evidenciadas em hábitos, costumes e tradições presentes no cotidiano de muitas delas.

A utilização da ferramenta literária principalmente advinda do kit afro estabelece uma conexão com a narrativa do discurso, capaz de construir na imagem do negro espelhamento da grandiosidade e riqueza da cultura africana. Operar com estas categorias valorativas possibilita afetar positivamente as crianças e provocar o agenciamento necessário, aquele, capaz de combinar elementos diferentes, para fazer surgir o novo. Aqui entendemos a novidade como a transformação do olhar, de um deslocamento que evoca uma fala outra, que ecoa os sons de uma voz antes impedida de se pronunciar, de uma elevação e realocação da história do continente africano antes expatriado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: **Gostosuras e bobices**. 4. Ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ABRAMOWICZ, A; GOMES, Nilma Lino. (Orgs). **Educação e raça: perspectivas, pedagogias e estéticas**. Belo Horizonte: Autentica 2010-(Coleção cultura negra e identidades; 18)

ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. **Educação e diferença montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas: Papyrus, 2005.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira**”, e dá outras providencias.Diário oficial [da]Republica Federativa do Brasil. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Resolução nº 5 que dispõe sobre o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as Histórias e as culturas Africanas, Afro-Brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, MEC, Brasília, 17 de dezembro de 2009.

BOTTOMORE, T. OUTHWAITE. **Dicionário do pensamento social do século xx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CARVALHAR, Danielle e PARAÍSO, Marlucy. **Gênero e relações étnico-raciais no currículo**. Belo Horizonte: Autentica 1999.

DIOP, Cheikh Anta. L’Afrique Noire Pré – Coloniale; étude comapréé des Systèmes politiques et sociaux de l’Europe et l’Afrique Noire, de Antiquité à la formation des états modernes.Paris, Présense Africaine,1960.Chicago,The third world press,1963.

DZOBO,N,K.**Knowledge and truth:Ewe and Akanconceptions.In:WIREDU,Kwasi & KWAME, Gyekye.Person and community**.Paris,UNESCO, The council for Research in Values and Philosophy,1992.p73-83.

IBASE30. **Diagnóstico social participativo da comunidade Quilombola de Marinho** - Município de Brumadinho - Minas Gerais.

KI-ZERBO. *Á quand I Áfriqwe?* S.L. Ed. Aube, Ed *d'ém Bas*, 2003.

Ministério da Educação/Secretaria da Educação **Continuada, Alfabetização e Diversidade Etnicorraciais**, Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabenguele (org.) **Superando o Racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PARAÍSO, M. A. **Currículo-nômade: quando os devires fazem a diferença proliferar**. In: Costa, M. Et all.(orgs).Estudos culturais e Educação .Editora Ulbra.Canoas.No prelo.2015.

SILVA, Petronilha B. G. **O pensamento Negro em Educação de Raízes Africanas; contribuições para formação de professores**. São Carlos, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/EDUFScar,1996.(Relatório de Pesquisa)

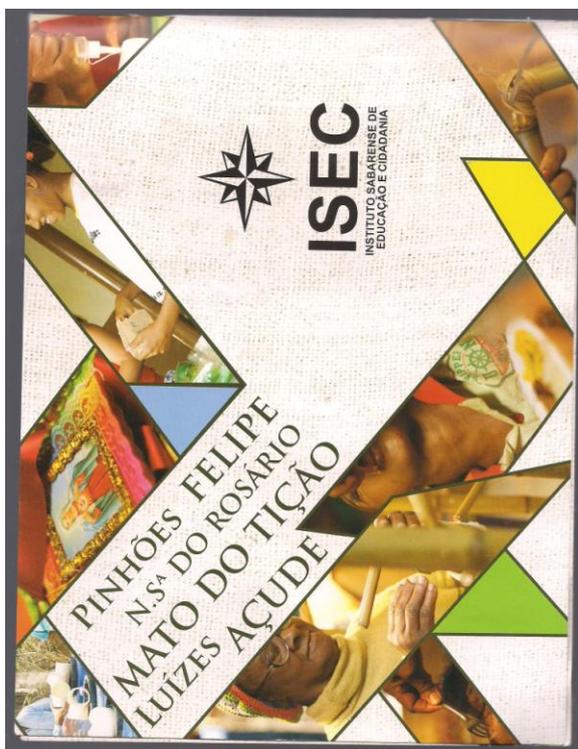
ANEXOS A

CAPA DO RELATÓRIO IBASE 30.



ANEXOS B

CAPA DA REVISTA DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO “PRESERVANDO RAÍZES, CONSTRUINDO CIDADANIA” DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SABARÁ.



CONTRA CAPA DA REVISTA DO ISEC

